

AS GRANDES EMPRESAS DE CONSULTORIA, A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES E OS NOVOS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Adriana Maria Bernardes da Silva¹

Os circuitos produtivos contemporâneos, particularmente aqueles estruturados por poderosas corporações globais, são hoje tributários de informações estratégicas para que possam recriar permanentemente um cenário mundial de competitividade.

A informação produzida nesse contexto de globalização se define como um recurso estratégico, utilizado seletiva e hierarquicamente. Energia da aceleração contemporânea, dessa busca por fluidez, a informação torna-se, então, o próprio motor da nova divisão social e territorial do trabalho (M. Santos, 1996).

Para analisar essa emergente *geografia da informação* estamos investigando as firmas de consultoria, especialmente as firmas hegemônicas procurando construir um quadro que retrate este complexo setor do período técnico-científico-informacional e seu impacto no território brasileiro.

Podemos afirmar que os grandes escritórios de consultoria são hoje atores centrais na trama global de produção e distribuição das informações produtivas (A. B. Silva, 2001). Desenhar-se-ia, também na esfera administrativa, aquilo que vimos chamando por *unicidade técnica* (M. Santos, 1994), isto é, haveria uma arquitetura informacional específica, com tendências globais, servindo às ações empresariais. Para P. Wood (1996:662) a "*consultancy culture*" representa "um indício de uma larga influência afetando o estilo de administração corporativa moderna".

As informações em geral e, especialmente, aquelas estratégicas produzidas e organizadas pelos consultores, circulam nos territórios nacionais e no mundo como fluxos de conhecimento sobre modelos de gestão dos sistemas produtivos (agrícolas, industriais, serviços), tendências de mercado (consumo), normatizações diversas (regulações), mercados supra-nacionais, logística de transporte e comunicação, energia, produtividade dos lugares (equipamentos, pessoal qualificado, universidades, etc), monetarização, relações trabalhistas, entre outros. Poderíamos dizer que essas são, também, informações geográficas.

A trama dos fluxos de informação é, pois, reveladora das formas como a "inteligência da globalização" circula nos territórios nacionais, difundindo um conteúdo organizacional às

¹ abernar@lge.unicamp.br

regiões. Como explica M. Santos (1996;202), esse alargamento dos contextos designa uma notável expansão do intercâmbio, cuja “base são as novas possibilidades de fluidez” no território, onde se instalam verdadeiras solidariedades organizacionais que, balizadas pelas técnicas da informação, nos obrigam a rever as lógicas que tecem os atuais edifícios regionais e a significativa reorganização do território nacional.

Ao forte fluxo de pessoas e bens materiais que caracterizam a modernidade capitalista, sobrepõe-se agora acelerada circulação de informação na forma de fluxos financeiros, de notícias, de conhecimentos, de ordens. Trata-se de uma organização espacial diferenciada da pretérita. Daí P. Vieille (1974;22) considerar que a compreensão da organização do espaço na era do capitalismo da organização, deve passar, necessariamente, pela apreensão da variável informação.

Tais informações organizacionais maximizam a racionalidade dos novos eventos hegemônicos que demandam, sobretudo, resultados programados em suas lógicas temporais no intuito de alargar os contextos da globalização.

Diante da enorme diversidade de firmas *produtoras de informação* destacam-se então as empresas de consultoria, especializadas em comercializar aquilo que, parafraseando B. dos Santos (1989), poderia ser denominado por “mercadoria organizacional”. Neste ramo do setor quaternário coexistem inúmeros tipos de funções especializadas, envolvendo empresas globais e algumas poucas empresas nacionais. São empresas que buscam minimizar os riscos que ameaçam a geopolítica das firmas globais, na medida em que auxiliam as organizações a regularem problemas políticos e racionalizarem as operações técnicas.

A consultoria de negócios é um ramo de atividade que surgiu, timidamente, no início do século XX, nos EUA, juntamente com o embrião das corporações. As empresas norte-americanas, que passaram a adotar os modelos tayloristas da administração científica, tornaram, pouco-a-pouco, seus quadros gerenciais profissionalizados e treinados. O forte crescimento das empresas de consultoria dos países anglo-saxões, no pós guerra, por sua vez, insere-se nos processos complexos de globalização.

As consultoras transnacionais seguiram, nas últimas décadas, as outras corporações clientes e conformam hegemônicos sistemas de ações do atual período. Desde a década de 1970 as ações globalizadas das firmas de consultoria impulsionam, entre outros, a difusão mundial de novos paradigmas produtivos com base nas tecnologias da informação.

Atividade por excelência do período atual, a consultoria consiste numa série “de tarefas dedicadas à coleta, tratamento, circulação e distribuição de informações e conhecimentos profissionais” (F. Gallouj, 1994; 37). O profissional, um *expert* em informação

especializada, vende seu conhecimento, auxiliando as organizações a regularem problemas e melhorarem operações, sob um *status* de neutralidade, pois não implantam diretamente as recomendações propostas. Normalmente utilizam redes internacionais de bancos de dados, de onde retiram as informações brutas para trabalhar.

A consultoria comercializa, pois, uma informação sigilosa que, em última instância, é também uma importante manifestação do poder contemporâneo. O segredo das missões de conselho é um dado estratégico fundamental para seu bom desempenho, repercutindo em ganhos maiores de competitividade e, assim, ampliando o poder político das grandes empresas.

O ajuste das grandes organizações a crises sucessivas tem sido feito nos escritórios das grandes consultorias. Estas últimas têm por objetivo reduzir custos, melhorar métodos de controle, aperfeiçoar problemas de recursos humanos e conhecer os locais mais produtivos. E, ainda que estejam em fases de crescimento econômico, as organizações dependem do apoio de informações para resolverem questões urgentes e complexas, pois em um ambiente acirrado de competição é necessário manter posição e ampliar as forças de mercado (Bordeleau, 1986). Daí F. Gallouj (1994; 34) afirmar que a crescente demanda por consultoria é determinada pelas características da economia contemporânea: “complexidade, incerteza e riscos”.

Para Stern & Tutoy (1992) as grandes empresas industriais, de serviços e financeiras são “sofisticadas” pelo uso que fazem da consultoria, na medida em que as corporações passaram a falar a mesma linguagem dos consultores, tirando o máximo proveito de suas intervenções. P. Wood (1996;661) pondera que “em termos geográficos os consultores são, primeiramente, agentes de mudanças globais (...) promovendo internacionalmente técnicas de gestão para acelerar o ritmo da reestruturação através da dispersão dos administradores corporativos”.

Concordamos, pois, com P. Veltz (1997) quando ele enfatiza que as pesquisas devem aprofundar o estudo dos novos modelos de organização, desenvolvidos no interior das fábricas e escritórios, relacionados às redes de criação, de definição de produtos, de fabricação e vendas.

As consultorias especializadas em gestão, particularmente aquelas transnacionais, movimentaram, somente em 1995, um mercado de informações avaliado em US\$ 50 bilhões e cresceram mundialmente 18%. Entre as dez principais consultorias de gestão no mundo, todas têm escritórios no Brasil desde o início da década de 70. O mercado de consultoria no Brasil cresceu exponencialmente na década de 1990, sobretudo em função da abertura da economia e das privatizações.

Segundo pondera Langdale (1989) os escritórios regionais das firmas de consultoria constroem as estratégias territoriais das empresas transnacionais, na medida em que essas unidades, pertencentes às redes globais, possuem considerável autonomia e podem gerar e distribuir diversos tipos de informação nas escalas local, nacional e mundial. Os consultores, afirma P. Wood (1996; 661), são importantes especialistas estratégicos porque promovem, nos lugares, “a adaptação de modelos espaciais de produção e comercialização”.

As empresas de consultoria desenvolvem, na verdade, uma linguagem universal de negócios, com vistas, entre outros, a autorizar vigorosa aceleração dos fluxos intra e inter firmas nos circuitos superiores da economia global. Assim, compreender a produção e o controle dos fluxos de informação produtiva é da máxima importância pois são eles que irão atingir, verticalmente, o arranjo horizontal das regiões através do impacto de ações organizacionais, modificando o conteúdo da rede urbana e criando novas tensões no território.

De um modo geral as empresas agrupadas no setor de serviços especializados ou quaternário, tal como a consultoria, são ainda muito pouco estudadas no âmbito da geografia mundial e brasileira. Há, segundo P. Daniels (1993), uma agenda aberta para futuras pesquisas. É necessário, por conseguinte, abrir um novo leque de problemas sócio-territoriais que incorporem a temática *informação e espaço geográfico contemporâneo*. Conforme assinalou M. Santos (1988), “não basta compreendermos teoricamente o que se passa no mundo, temos que ter nossa atenção voltada para as diferentes geografizações das variáveis inerentes à nova maneira de produzir”.

No Brasil é somente com o advento da industrialização nacional que houve uma demanda por informações organizacionais, isto é, uma demanda por aportes à racionalização dos negócios. Mas é com o atual contexto político, que parece buscar no “modelo da globalização” novas formas de regulação da economia e do território que se dinamizam mais os circuitos produtivos de informações corporativas.

Como as grandes empresas procuram no mundo aqueles lugares mais produtivos é, para a caso brasileiro, sobretudo na *Região Concentrada*² e no território paulista que se

² O conceito de *Região Concentrada* foi proposto por M. Santos e A. C. T. Ribeiro. Designa a área onde o meio técnico-científico-informacional é mais contíguo. Conforme explicou M. Santos (1993a; 40) “pode-se falar de uma região concentrada que abrange, grosso modo, os estados do Sul (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul) além de São Paulo e Rio de Janeiro e parcelas consideráveis do Mato Grosso do Sul, Goiás e Espírito Santo. Trata-se de uma área onde uma divisão do trabalho mais intensa que no resto do País garante a presença conjunta das variáveis mais modernas - uma modernização generalizada - ao passo que no resto do país a modernização é seletiva, mesmo naquelas manchas ou pontos cada vez mais extensos e numerosos, onde estão presentes grandes capitais, tecnologias de ponta e modelos elaborados de organização”.

instalam os novos círculos de cooperação informacionais. A organização espacial pretérita parece impor, por conseguinte, uma direção aos investimentos do presente.

Assim, na *Região Concentrada* são produzidas e distribuídas as estratégias organizacionais das grandes empresas, fazendo dessa fração do território brasileiro um verdadeiro “campo de competitividade” (L. Karpik, 1978). Por sua vez, a fração do território que compreende, grosso modo, o Estado de São Paulo é aquela onde vislumbramos a mancha tendencialmente mais contínua e densa do *meio técnico-científico-informacional* brasileiro, sendo por isso lugar onde o território é mais fluido, a produtividade espacial alcança níveis elevados e por onde circulam grande parcela das informações corporativas. Conforma-se nessa região uma rede urbana diferenciada e complexa, com inúmeras cidades locais da moderna especialização produtiva, bem como cidades médias e milionárias que alavancam, com vigor, a nova divisão do trabalho no país (E. S. Spósito, 1996), ao passo que a metrópole paulista detém o comando político e econômico da produção nacional tornando-se, assim, principal conexão do Brasil com as redes globais (A.B. Silva, 2001).

A maioria das grandes empresas de consultoria atua na *Região Concentrada* através de uma rede de escritórios envolvendo as metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, bem como atua em cidades como Ribeirão Preto e São Carlos. Esta topologia nacional das empresas de consultoria nos permite reconhecer os primeiros contornos dos circuitos espaciais e dos círculos de cooperação informacionais e nos convida a uma investigação sistemática à respeito da urbanização e da reorganização do território brasileiro sob este aspecto.

Todavia, é necessário estabelecer alguns critérios para melhor definirmos uma grande empresa no setor estudado. Tomemos o primeiro critério de classificação. Entendendo que o porte de uma empresa é dado hoje pela força de seu mercado e, portanto, por seu alcance geográfico, podemos considerar que grandes empresas são aquelas que operam nos mercados global e nacional, ao passo que as pequenas empresas têm suas ações mais ou menos restritas às escalas regional e local.

A atividade de consultoria é sequiosa de insumos técnicos, científicos, organizacionais, bem como é dependente de informações estratégicas (políticas) e de um meio geográfico denso em objetos informacionais. Todo esse conjunto de fatores acaba por incluir a consultoria (tal como a definimos aqui) nos macro circuitos da economia. Estamos falando, por conseguinte, dos setores hegemônicos da economia, justamente aqueles que se manifestam nas dinâmicas territoriais de forma vertical, isto é, através de redes. As informações produzidas estão fundadas em práticas científicas (extremamente racionais, pragmáticas) que orientam, através da produção de conhecimento, as ações empresariais.

São, por isso, verdadeiras mercadorias organizacionais, fundamentais à criação das vantagens competitivas contemporâneas. Muito custosas, são praticamente as grandes empresas que conseguem obter as informações importantes, isto é, aquelas informações que previnem riscos, antecipam lucros, sugerem comportamentos, inovam a produção.

Podemos ainda distinguir, de um lado, grandes empresas estrangeiras (com predomínio de firmas anglo-saxãs) e, de outro lado, poucas firmas nacionais de grande porte que se multinacionalizam (timidamente) em alguns ramos (engenharia civil, gestão) e inúmeros escritórios nacionais especializados.

Então, no caso brasileiro temos, de um lado, as ações das empresas globais de consultoria conhecidas como *Big Five: Coopers & Lybrand - Price Waterhouse, Andersen Consulting, KPMG, Ernest & Young, Deloitte Touche*³. São estas grandes firmas que monopolizam o mercado mundial de consultoria e auditoria, sendo responsáveis por organizar, desde a década de 1970, os processos de reestruturação produtiva, bem como são responsáveis por modelar mundialmente o atual curso de privatização de empresas estatais (como nos casos mexicano, argentino, brasileiro, inglês, entre outros). Todas estas empresas supracitadas possuem redes de escritórios no território brasileiro consolidadas nas últimas três décadas.

E, de outro lado, atuam também no território brasileiro grandes empresas de consultoria nacionais, tais como a *Trevisan e a Boucinhas & Campos*. Há no país poucas, porém importantes, empresas nacionais de consultoria em gestão, de grande porte, concorrendo com as firmas globais. São empresas nacionais que também participam ativamente do atual processo de reorganização da economia e do território brasileiro, assessorando governos e poderosas corporações.

As *empresas produtoras de informação*, tais como as *firmas de consultoria* supracitadas, impulsionam mudanças substanciais na divisão técnica, social e territorial do trabalho contemporânea, contribuindo para transformar as regiões em que atuam em pontos luminosos das redes corporativas globalizadas.

Ora, se a informação, como elemento significativo do atual período, redefine a relação espaço e sociedade, é preciso investigar os fatores constitutivos dessa relação, ou seja, indagar quais "são os atores, as políticas dos atores - ou o conjunto de suas intenções, isto é, suas finalidades - a estratégia deles para chegar a seus fins, os mediatos da relação, os diversos códigos utilizados e os componentes espaciais e temporais da relação" (C. Raffestin, 1993; 38).

³ Até meados da década de 1960, tais empresas atuavam apenas na área de auditoria. Somente na década seguinte se expandiram mundialmente para o setor da consultoria.

A "revolução informacional", nas palavras de J. Lojkine (1995; 109), "coloca no proscênio de todas as atividades humanas o problema do controle social de massas enormes de informação liberadas pela conjunção da informática e das telecomunicações. Não se trata apenas - e isso é importantíssimo - de uma revolução informática, mas de uma revolução da informação". O direito da informação, nesse contexto, aparece como uma consequência e um condicionante do novo período. M. E. Gonçalves (1994;10) salienta a necessidade da definição de um estatuto global da informação como bem econômico e como bem jurídico, que seria um conjunto normativo a partir do entendimento da informação como recurso estratégico: "a ordem jurídica da informação pode ser vista, nesta perspectiva, como uma condição do desenvolvimento do mercado de informação".

Nossa insistência com o tema da informação (e a decorrente proposta de investigação das firmas de consultoria) advém, por conseguinte, do fato desta variável, em suas múltiplas faces, ter adquirido o estatuto de motor da atual reorganização dos territórios. A produção de informações, fundada na racionalidade técnico-científica do período, vai mediar a realização dos eventos do presente, assegurando sua duração e interferindo na escala temporal do acontecer, isto é, na construção dos novos edifícios regionais.

- A Produção de informações e a política das empresas: um uso corporativo do território brasileiro

No Brasil, a década de 1990 veio consolidar uma vigorosa transformação do território. O fim do programa de substituição de importações, acompanhado da adoção de um quadro normativo em consonância com a globalização dos mercados, autorizou a abertura, sem precedentes, da economia nacional. Ora, tal contexto parece implantar o "governo de uma ordem privada" alavancado por grandes empresas que conduzem, com o apoio do Estado, um projeto de uso corporativo do território nacional, em detrimento da Nação.

Tanto a base material dos lugares, quanto as ações organizativas, tendem a estar subordinados ao *poder econômico e político* de um seleto grupo de grandes empresas. Conforme M. Santos (1994a; 63), o poder econômico de uma empresa seria "dado exclusivamente pela menor ou maior capacidade de combinar eficazmente os fatores da produção de que dispõe, de um ponto de vista eminentemente técnico, o que concerne a produção imediata". E, o poder político das empresas, por sua vez, seria dado pela "capacidade de modificar, no momento hábil, regras do jogo econômico, em sua própria área de atividade e em função de seus interesses emergentes", em particular aqueles relacionados à velocidade da acumulação. Assim, explica o autor, "são as relações sociais que explicam como, em diferentes lugares, técnicas, ou conjunto de técnicas semelhantes, atribuem resultados diferentes aos seus portadores, segundo combinações que extrapolam

o processo direto de produção e permitem pensar num verdadeiro processo político de produção”.

Nesse sentido estamos interessados em compreender a política territorial das grandes empresas⁴ no atual período. Segundo L. Karpik (1978:46) as grandes organizações agem hoje como governos privados. Para o autor esses "governos privados estendem-se nos territórios onde as empresas operam, formando poderosos campos de competitividade".

P. Veltz (1997), por sua vez, afirma haver hoje entre as corporações uma verdadeira “competitividade territorial”, pois, agora, “a grande escolha da arquitetura organizacional e as grandes escolhas estratégicas sub-entendidas comandam, mais e mais, um jogo global sobre localizações”⁵. J-E Sanchez (1997: 343) assevera ainda que “aqueles territórios nos quais se criam ofertas competitivas verão abertas suas possibilidades de participar da produção global”.

O modo como o território se organiza, portanto, faz com que alguns lugares estejam mais aptos que outros para o exercício de determinadas atividades. É o que M. Santos (1994a: 50) chama de “produtividade espacial”. E, como explica R. L. Corrêa (1997), as corporações causam impacto sobre a organização espacial preexistente, recriando outras diferenças espaciais.

Ponderamos que, nesta trama geográfica, as informações produtivas são verdadeiros insumos de competitividade, de fluidez, na medida em que conferem às empresas que as utilizam, um poder econômico e político ainda maior pois, segundo W. R. Goe (1996: 25), “estão relacionadas com a extensão organizacional e com o campo de ação territorial das grandes corporações”. Assim, também P. Wood (1996: 661) sintetiza que “a adaptação de modelos espaciais de produção e comercialização, sob a pressão da competição internacional, desregulação ou privatização, dominam grande parte dos esforços administrativos”.

É segundo as novas lógicas da ação corporativa que, aceleradamente, são superpostos no território mosaicos de especializações produtivas entrevistados nas novas

⁴ Ressaltamos, então, que a categoria de análise não é o território (em si), mas sim o *uso do território* (M. Santos, 1994c), pois importa estarmos munidos, a um só tempo, para refletirmos o impacto das novas ações sobre a materialidade e os condicionantes sociais recriados a partir dessa mesma materialidade.

⁵ “Se os custos diferenciais não são mais o guia principal da territorialização, não significa que a economia tornou-se *foot loose*. Isto quer dizer que o efeito competitividade de uma estrutura territorial se avalia, sobretudo, por sua contribuição à qualidade da organização produtiva”. E, prossegue o autor assinalando que a territorialização das estruturas empresariais compõe um processo de “construção de recursos, o que pressupõe a firma em estrita relação com seu entorno” (P. Veltz, 1997).

formas industriais, agrícolas e de serviços que redefinem as escalas regionais pretéritas e conformam os *espaços da globalização*.

Frações do espaço se informacionalizam. Tratam-se de pontos luminosos, uma trama de verticalidades que se conforma a partir da unicidade técnica do período da globalização. P. Veltz (1997:23) fala de da existência de um contraste geográfico para explicar a atual dinâmica territorial: de um lado há o velho território hierarquizado, mosaico de zonas acomodadas, onde as atividades e as funções descem em cascata da capital à pequena vila rural; de outro, muito menos legível, há um território de redes, onde o local e o global se interpenetram e que se organiza numa trama horizontal complexa de atividades e lugares. M. A. de Souza (1992:111), por sua vez, assinala a importância das “conexões geográficas” para a compreensão das dinâmicas territoriais contemporâneas, isto é, a importância dos elos “entre pontos e escalas diferenciadas e lugares não-contíguos”.

Ora, as lógicas que regem as ações informacionais – a produção das verticalidades - tendem a ser verdadeiras formas de racionalidade corporativa, sistemas de poder que interferem na economia e no território. São novos sistemas de ações que auxiliam as estratégias técnicas e políticas das grandes empresas. O processo de privatização das empresas brasileiras é, neste sentido, emblemático (A. Bernardes Silva, 2001). É forte a internacionalização da economia nacional na década de 1990 com as privatizações, aquisições e fusões estrategicamente auxiliadas por empresas globais de consultoria

O território brasileiro visto como um campo de forças é revelador de novas tensões. Entre as ordens locais e as ordens globais prevalece a reticulação do território e a busca por segmentar mercados competitivos em detrimento de projetos de modernização que integrem a sociedade nacional. Hoje, a coexistência de regiões concentradoras das modernizações e de uma imensa periferia aparece também como resultado de um crescente uso corporativo do território. Importa, então, reconhecermos este contexto de fragmentação do território nacional.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, James. “Ideologia em geografia: uma introdução”. *Seleção de Textos*, nº 03, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1973, pp. 39-56.
- AZZONI, Carlos R. “A lógica da dispersão da indústria no Estado de São Paulo”. *Estudos Econômicos*, nº 16, 1986, pp. 45-67.
- BECKER, Bertha K. “Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva”. *Espaço & Debate*, nº 32, 1991, pp. 47-56.
- BORDELEAU, Y. *La fonction de conseil auprès des organisations*. Chotard et Associés Editeurs, Paris, 1986.
- BOUNFOUR, Ahmed. “Vers l'industrialisation du conseil”. *Revue Française de Gestion*, nov/dez, 1989, pp. 23-32.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume 1. Paz e Terra, São Paulo, 1999.

- CASTILLO, Ricardo. *Sistemas orbitais e uso do território. Integração eletrônica e conhecimento digital do território brasileiro*. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- CASTRO, Antonio Barros e SOUZA, Francisco E. Pires de. *A economia brasileira em marcha forçada*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1985.
- CEPAL. *El acuerdo general sobre el comercio de servicios: retos y oportunidades para América Latina y el Caribe*. Brasília, 1996, mimeo (59 p.).
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Xamã, São Paulo, 1996.
- CHOLLEY, A. *La géographie. Guide de l'étudiant*. Presses Universitaires de France, Paris, 1951.
- COHEN, R. B. "The new international division of labor, multinational corporations and urban hierarchy". In DEAR, Michael e SCOTT, Allen. *Urbanization & Urban Planning in Capitalist Society*, Methuen, Nova Iorque, 1981, pp. 287-315.
- CORDEIRO, Helena Kohn. "Os principais pontos de controle da economia transacional no espaço brasileiro". *Boletim de Geografia Teórica*, v.16-17, nº 31-34, 1986,1987, pp. 154-196.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1997.
- DANIELS, P. W. *Service industries in the world economy*. Blackwell, Oxford/Cambridge, 1993.
- DEAR, Michael. "The postmodern challenge: reconstructing human geography". *Transactions Institute of the British Geographers*, v. 13, nº 3, 1988, pp. 262-274.
- DIAS, Leila C. *Réseaux d'information et réseau urbain au Brésil*. L'Harmattan, Paris, 1995.
- DOLLFUS, Olivier. *La nouvelle carte du monde*. Presses Universitaire de France, Paris, 1995.
- DUPUY, Gabriel. *Système, réseaux et territoires*. Presses de L'École Nationale des Ponts et Chaussées, Paris, 1985.
- ELIAS, Denise. *Meio técnico-científico-informacional na região de Ribeirão Preto (São Paulo)*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- GALLOUJ, Faiz "Les Déterminants de L'Innovation dans les Activités de Conseil". *Revue Française du Marketing*, nº 149, 1994, pp. 33-51.
- GODELIER, Maurice. *Rationalité & irrationalité en économie*. François Maspero, Paris, 1974.
- GOE, Richards W. "An examination of relationship between corporate spatia organization, restructuring, and external contracting of producer services within a metropolitan region". *Urban Affairs*, v. 32, nº 1, sept., 1996, pp. 23-45.
- GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. Paz e Terra, São Paulo, 3ª ed., 1991.
- GONÇALVES, Maria Eduarda. *Direito da informação*. Livraria Almedina, Coimbra, 1994.
- GREGORY, Derek et al (orgs.). *Geografia humana. Sociedade, espaço e ciência social*. Zahar, Rio de Janeiro, 1996.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. Hucitec, São Paulo, 1980.
- HEPWORTH, Mark E. *Geography of the information economy*. Belhaven Press, Londres, 1989.
- IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971.
- ISNARD, H. *O espaço geográfico*. Livraria Almedina, Coimbra, 1982.
- KARPIK, Lucien. "Organizations, institutions and history". In KARPIK, L. (ed.) *Organization and environment*, Sage Publications, Londres, 1978, pp. 15-68.
- KON, Anita. "Da desindustrialização manufatureira à industrialização dos serviços". In *Espaço & Debates*, nº especial (12), 1997, pp. 26-50.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Paz e Terra, São Paulo, 2º ed, 1976.

- LANGDALE, John. "The Geography of International Business Telecommunications: the role of leased networks". *Annals of the Association of American Geographers*, v.79(4), dec, 1989, pp. 501-522.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos. Ensaio de antropologia simétrica*. Editora 34, Rio de Janeiro, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. *Espacio y política. El derecho a la ciudad II*. Ediciones Península, Barcelona, 1976.
- LEYSHON, Andrew. "The transformation of regulatory order: regulating the global economy and environment". *Geoforum*, v.33 (3), 1992, pp. 249-267.
- LOJKINE, Jean. *A revolução informacional* (Tradução José Paulo NETO). Cortez, São Paulo, 1995.
- MALIN, Ana B. "Economia e política da informação. Novas visões da história". *São Paulo em Perspectiva*, v.8 (4), out/dez, 1994, pp. 9-18.
- MAMIGONIAN, Armen. "Tecnologia e desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista". *Revista de Ciências Humanas*, nº 2, 1982, pp. 38-48.
- MARSHALL, J. N. "Private services in an era of change". *Geoforum*, v.20 (3), 1989.
- MATTELART, Armand. *Comunicação-mundo. História das idéias e das estratégias* (Tradução de G. J. F. TEIXEIRA). Vozes, Petrópolis, 1994.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. Hucitec, São Paulo, 1988.
- MOULAERT, Frank e DJELLAL, Faridah. "Information technology consultancy firms: economies of agglomeration from a wild-area perspective". *Urban Studies*. 32 (1), 1995, pp. 105-122.
- NAÇÕES UNIDAS. *Desarrollo de los Servicios de Consultoria de Gestion (com referencia especial a America Latina)*. Nova Iorque, 1973.
- NORA, Pierre. "O Retorno do Fato". In: Le Goff, Jacques e Nora, P. (orgs) *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, pp. 179-193.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994.
- PACHECO, Carlos Américo. *A fragmentação da nação*. Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 1998.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação. As origens de nossa época* [1944]. Campus, Rio de Janeiro, 1980.
- PORAT, M. *The information economy*. Universidade de Stanford, Stanford, 1976.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder* [1980] (Tradução de Maria Cecília França). Ática, São Paulo, 1993.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Traços da sociedade no meio técnico-científico e informacional". In *Geosul*, v. 12, nº 23, 1997, pp. 7-17.
- SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. *Espacio, economia y sociedad. Siglo Venturino*, Madri, 1991.
- SANTOS, Boaventura de S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Graal, Rio de Janeiro, 1989.
- SANTOS, Milton. "Society and space: social formation as theory and method". *Antipode*, vol. 9, nº 1, fev, 1977, pp. 3-13.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. Hucitec, São Paulo, 1978a.
- SANTOS, Milton. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. Hucitec, São Paulo, 1978b.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1979.
- SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Vozes, Petrópolis, 2ª ed., 1982a.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. Nobel, São Paulo, 1985.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. Hucitec, São Paulo, 1988.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. Hucitec, São Paulo, 1993a.

- SANTOS, Milton. “A aceleração contemporânea e a globalização do espaço”. Texto inédito, São Paulo, 1993b (15p.).
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. Hucitec, São Paulo, 1994a.
- SANTOS, Milton. “O retorno do território”. In In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. e SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. ANPUR/HUCITEC, São Paulo, 1994b, pp. 15-20.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. Hucitec, São Paulo, 1996.
- SANTOS, Milton. “Da política dos Estados à política das empresas”. *Cadernos da Escola do Legislativo*, 3(6):3-19, jul/dez.1997.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Record, Rio de Janeiro, 2000.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Record, Rio de Janeiro, 2001.
- SANTOS, Theotonio dos. *Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo*. Vozes, Petrópolis, 1983.
- SARTRE, Jean Paul. *Questão de método*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1972.
- SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. Studio Nobel, São Paulo, 1998.
- SILVA, Adriana Bernardes *A contemporaneidade de São Paulo. Produção de informações e novo uso do território brasileiro*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- SILVA, Adriana Bernardes. “A Nova Divisão Territorial do Trabalho Brasileira e a produção de informações na cidade de São Paulo (as empresas de consultoria)”. In: Santos, M. e Silveira, M. L. *O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Record, 2001a, pp. 413-432.
- SILVEIRA, Maria Laura. *Um país, uma região. Fim de século e modernidades na Argentina*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- SKANDERA, R. “Enseñanzas para la formacion correcta de consultores de gestion”. In NAÇÕES UNIDAS. *Desarrollo de los servicios de consultoria de gestion (con referencia especial a America Latina)*. Nova Iorque, 1973.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual* [1984]. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1988.
- SORRE, Max. *Rencontres de la géographie et de la sociologie*. Librairie Marcel Rivière, Paris, 1957.
- SOUZA, Maria Adélia A. “Conexões geográficas: um ensaio metodológico (uma versão ainda preliminar)”. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 71, 1992.
- SOUZA, Maria Adélia A. “O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente”. In: DÉAK, Csaba (org). *O processo de urbanização no Brasil*. Edusp, São Paulo, 1999.
- SPÓSITO, Eliseu S. “Fluxos e localização industrial”. In MELO, Jayro G. (org.). *Região, cidade e poder*. GAsPEER, Presidente Prudente, 1996, pp. 69-98.
- STERN, Patrice e TUTOY, Patricia. *Le métier de consultant: principes, méthodes, outils*. Les Éditions d’Organisation, Paris, 1992.
- TOMELIM, Mário. *O quaternário: seu espaço e poder*. Editora UnB, Brasília, 1988.
- VELTZ, Pierre. *Mondialisation, villes et territoires. L’économie d’archipel*. Presses Universitaires de France, Paris, 1997.
- VIEILLE, Paul. “L’espace global du capitalisme d’organisation”. *Espaces et Société*, nº 12, mai, 1974, pp. 3-32.
- WOOD, Peter A. “Business services, the management of change and regional development in the UK”. *Transaction of the Institute of British Geographers*, v. 21 (4). 1996, pp. 644-665.